

## **A continuidade da ausência do poder judiciário como objeto de estudos na administração pública brasileira: um levantamento de 2009 a 2017**

The continuity of the absence of the judiciary as object of studies in the Brazilian public administration: a survey from 2009 to 2017

**Leonel Gois Lima Oliveira<sup>1</sup>**  
**José Marcelo Maia Nogueira<sup>2</sup>**  
**Themisa Araújo Barroso Pimentel<sup>3</sup>**

### **RESUMO**

Objetivou-se complementar o estudo realizado por Nogueira (2011), recensando e reunindo a produção acadêmica brasileira na área de Administração Pública voltada para a análise da gestão do Poder Judiciário nos anos de 2009 a 2017. Utilizaram-se os mesmos procedimentos e critérios metodológicos adotados por Nogueira (2011) para servir tanto em aspectos complementares como comparativos entre os períodos investigados. Os resultados obtidos com o levantamento apontaram que um percentual de 2,27% dos artigos publicados na área de Administração Pública aborda questões relacionadas à Gestão do Poder Judiciário. O percentual ainda é pequeno, mas demonstra avanços em um curto período.

**Palavras-Chave:** Gestão do Poder Judiciário. Administração Pública. Levantamento.

<sup>1</sup> Doutor em Administração pela Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (Ebape-FGV). Professor da Escola Superior de Magistratura do Estado do Ceará (ESMEC) e do Centro Universitário Christus (Unichristus). Auditor Chefe do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE). E-mail: leonel.oliveira@fgv.br; leonelgois@tjce.jus.br

<sup>2</sup> Doutorando em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (Eaesp-FGV). Mestre em Administração Pública e Governo pela Eaesp-FGV. Professor da ESMEC. E-mail: marcelomaia@tjce.jus.br

<sup>3</sup> Pós-graduanda em Neuromarketing e Tendências de Consumo pela Universidade de Fortaleza (Unifor). Graduada em Administração pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: themisapimentel@gmail.com

## ABSTRACT

The objective of this study was to complement the study conducted by Nogueira (2011), performing a new survey and gathering the Brazilian academic production in the area of Public Administration focused on the analysis of the administration of the Judicial Branch from 2009 to 2017. The procedures and methodological criteria adopted are the same as the ones found in Nogueira (2011); thus, serving both in complementary and comparative aspects among the periods investigated. The results obtained with the survey show that 2.27% of the articles published in the Public Administration area address issues related to the administration of the Judicial Branch. This value is still small but shows progress in a short period.

**Keywords:** Judicial Branch Administration. Public Administration. Survey.

Recebido em: 04-10-2018

Aprovado em: 08-12-2018

## 1 INTRODUÇÃO

O estudo de Nogueira (2011) apontou que, entre os anos de 1995 e 2008, o percentual de apenas 0,8% do total de artigos era dedicado ao Poder Judiciário no campo de estudos da Administração Pública. Portanto, demonstrando uma lacuna a ser explorada, bem como sugerindo uma maior atenção dos pesquisadores para investigações que não ficassem tão centradas no Poder Executivo ou Legislativo. O presente artigo tem por objetivo complementar o estudo realizado por Nogueira (2011), recensando e reunindo a produção acadêmica brasileira na área de Administração Pública voltada para a análise da gestão do Poder Judiciário nos anos de 2009 a 2017. O efeito complementar permitirá uma ampliação no longitudinal que observará o cenário acadêmico de 1995 a 2017.

O Judiciário brasileiro costumava ser visto pela população como uma espécie de “caixa preta”, dado o baixo nível de transparência das suas atividades. Algo que pode ser compreendido quando Sadek e Oliveira (2012) apresentam um histórico sobre os primeiros esforços empreendidos para a coleta de dados e estudos sobre a Justiça brasileira. As informações adquiridas eram muito precárias (sofriam influências do governo ditatorial) e havia um viés estatístico em obter dados apenas ligados às ações criminais como um instrumento de consolidação de políticas voltadas para a segurança pública. Porém, ao longo da década de 2000, inúmeras mudanças ocorreram oriundas da chamada “Reforma do Judiciário”, realizada pela Emenda Constitucional 45 de 2004. Essas mudanças permitiram visualizar melhorias no nível de satisfação do brasileiro em relação ao Judiciário. Mesmo assim, ainda há vários aspectos a serem aperfeiçoados, principalmente para retirar algumas opiniões enraizadas no senso comum do brasileiro sobre o Poder Judiciário (FALCÃO, 2009).

A principal motivação para a realização deste estudo surge a partir da importância do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) como um órgão que vem consolidando e divulgar diferentes relatórios estatísticos sobre o Poder Judiciário na última década. O CNJ foi criado com o objetivo de realizar o controle administrativo e financeiro de todos os tribunais brasileiros, inclusive os tribunais superiores. Portanto, acredita-se que o maior acesso aos dados e informações tenha refletido no aumento de estudos sobre a gestão do Poder Judiciário. Neste sentido, vê-se necessário a realização de um estudo complementar ao de Nogueira (2011) para verificar o reflexo da divulgação de dados provenientes dos relatórios e banco de dados públicos do CNJ na produção acadêmica brasileira na área de Administração Pública nos anos de 2009 a 2017. Procurou-se utilizar os mesmos procedimentos e critérios metodológicos adotados por Nogueira (2011) para servir tanto em aspectos complementares quanto comparativos entre os dois períodos investigados. Tal prática facilitará para a visualização de

um horizonte temporal mais amplo, permitindo obter conclusões relativas ao período de 1995 a 2017.

Embora algumas características intrínsecas e enraizadas do Poder Judiciário possam ser entendidas como reflexo desta ausência de estudos, não se pretende aprofundar estas questões. O escopo deste estudo se restringe ao levantamento de artigos que tenham o foco no Poder Judiciário, dentre o conjunto de trabalhos apresentados e publicados no Brasil sob a ótica da Administração Pública nos anos de 2009 a 2017.

A segunda seção aborda uma breve explanação sobre os diferentes relatórios produzidos pelo CNJ, bem como outros levantamentos de dados realizados por reconhecidas instituições de pesquisa que também utilizaram o Judiciário como seu objeto de coleta de dados. A terceira seção trata dos procedimentos metodológicos adotados. Enquanto a quarta seção consiste na análise dos dados e apresentação dos resultados. A quinta seção finaliza com as considerações finais.

## **2 AS FERRAMENTAS ESTATÍSTICAS DO PODER JUDICIÁRIO**

O Poder Judiciário brasileiro sempre careceu de mecanismos que permitissem um conhecimento mínimo de sua organização administrativa. Até a metade da década de 2000, era difícil obter respostas de maneira mais precisa sobre algumas perguntas que envolvessem o quantitativo de magistrados ou de servidores, a quantidade de casos (processos) novos, o volume de processos em andamento, a quantidade de casos finalizados, o orçamento dos tribunais, dentre outros dados básicos à gestão de uma instituição ou de organizações de tal porte (NOGUEIRA ET AL., 2012; SADEK, 2004). O ponto de partida para a resolução deste problema consistiu na regulamentação do Sistema de Estatística do Poder Judiciário (SIESPJ) por meio da Resolução nº 15 de 2006 do CNJ. Os esforços na coleta de

dados gerenciais consistiram em um movimento que começou por diferentes frentes. Foram produzidos relatórios e banco de dados que contêm desde dados mais agregados até os mais individualizados, bem como a identificação dos maiores demandados da prestação jurisdicional (chamados tecnicamente de litigantes). Em seguida, a Resolução nº 76 de 2009 tratou dos princípios para o funcionamento do SIESPJ, além de introduzir modificações nos conceitos das variáveis e dos indicadores apresentados nas categorias remanescente da Resolução nº 15/2006 (CNJ, 2006, 2009).

O SIESPJ é coordenado pela Comissão de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento do CNJ e conta com o apoio operacional do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ). Estes passaram a recolher e sistematizar informações e indicadores estatísticos padronizados que possibilitem análises, comparações, diagnósticos, mensurações e avaliações de desempenho dos tribunais do país. Os dados, após tratamentos estatísticos, eram apresentados em forma de indicadores agrupados em áreas como: insumos, dotações orçamentárias, litigiosidade e acesso à Justiça (CNJ, 2006; DPJ, 2018). Estes dados são divulgados por intermédio de um relatório anual intitulado *Justiça em Números*. Os dados apresentados são considerados agregados, pois retrata as informações consolidadas de cada um dos tribunais e da sua divisão por segmentos do Judiciário brasileiro (Justiça Estadual; Justiça Federal; Justiça do Trabalho; Justiça Eleitoral; Justiça Militar e do Superior Tribunal de Justiça – STJ). Há subdivisões por competência e jurisdição ainda em nível macro (2º Grau; 1º Grau; Turmas Recursais Juizados Especiais), mesmo assim os dados não refletem a situação de segmentos da Justiça ou das unidades judiciárias de forma isoladas (DPJ, 2017; 2018; NOGUEIRA ET AL., 2012).

Os avanços encontrados a partir da edição do *Justiça em Números* 2013 podem ser compreendidos como um olhar do CNJ aos estudos acadêmicos realizados nos últimos anos. O relatório utilizou a metodologia de Análise Envoltória de Dados (DEA, sigla em inglês de *Data Envelop-*

*ment Analysis*) ao criar o Índice de Produtividade Comparada da Justiça (IPC-JUS). O índice promove um ranqueamento que permite avaliar a eficiência técnica entre os tribunais que estão organizados segundo o porte do volume de processos judiciais. A perspectiva longitudinal foi levada em consideração, pois utilizam para efeito de comparação os dados referentes aos anos de 2009 a 2012. Desta forma, pode-se visualizar se o desempenho do tribunal melhorou ou piorou ao longo destes anos, permitindo informações para futuras tomadas de decisão que promova uma melhoria no desempenho dos tribunais.

No final de 2007 foi desenvolvido o Programa Justiça Aberta, pensando na formação de um banco de dados que contemplasse dados e informações relativas ao nível micro. O programa é gerenciado pela Corregedoria Nacional de Justiça, fornecendo elementos de transparência e informações que possibilitem facilitar o acesso à Justiça. O Programa Justiça Aberta apresenta dados referentes às serventias judiciais (1º e 2º grau) e das extrajudiciais (cartórios). Os dados possuem a restrição de contemplarem apenas as unidades de competência da Justiça Estadual, também conhecida como Justiça comum. Castro (2011) ressalta a importância desta base por fornecer dados desagregados em relação ao relatório Justiça em Números, permitindo servir como um melhor instrumento para análise e formulação de políticas judiciais considerando as peculiaridades das unidades judiciais. Devido ao nível de heterogeneidade do Judiciário brasileiro, este programa permite analisar de forma mais detalhada a evolução mensal das deficiências e virtudes de aproximadamente nove mil unidades jurisdicionais distribuídas por todo o país. O nível de detalhamento fornece informações como, por exemplo: o quantitativo de funcionários, o estoque de processos pendentes, a quantidade de suspensão de liminares (pedidos de suspensão), o volume de despachos e decisões interlocutórias, a quantidade de processos distribuídos e resolvidos (sentenças e acordos homologados).

Um levantamento complementar ao Programa Justiça Aberta foi

proposto pelo CNJ como uma ação estratégica para o ano de 2010. Trata-se da identificação dos maiores litigantes, no caso, a publicação das organizações que mais demandam do Judiciário, tanto no polo ativo como no polo passivo. Até o momento, foram publicadas duas edições do relatório 100 maiores litigantes. A primeira apresenta as maiores organizações que possuem processos ainda não baixados definitivamente até 31 de março de 2010. Portanto, apresenta um recorte da quantidade acumulada de processos vigentes segmentados conforme a sua distribuição nos tribunais estaduais, federais e trabalhistas (DPJ, 2011). A segunda edição, por sua vez, procura fazer uma atualização destes dados, mas levando em consideração apenas os processos novos que foram acrescentados aos acervos processuais até 31 de outubro de 2011 (DPJ, 2012). As duas edições apresentavam a relação de forma individualizada (indicando o nome da organização) e de forma agregada por setor (divididos, por exemplo, em: bancos, indústrias, serviços, setor público municipal, setor público estadual, setor público federal, dentre outros). O principal objetivo desse instrumento era identificar os maiores demandantes da Justiça brasileira para, com isso, ser possível a proposição de ações e políticas que permitissem a redução do volume de processos. Há também a ideia de se realizar diálogos institucionais que busquem propor ações nas quais o Judiciário seja demandado de forma mais equilibrada e somente quando não houver mais mecanismos administrativos e extrajudiciais para a resolução de conflitos. Ficou evidenciado nos dois relatórios que os setores públicos (nos três níveis) são os maiores litigantes da Justiça estadual, demonstrando o forte elemento no congestionamento dos tribunais.

De modo análogo, o Supremo Tribunal Federal (STF) desenvolve um projeto em parceria com a FGV Direito Rio a partir das publicações dos relatórios Supremo em Números. O STF encontra-se hierarquicamente no topo do Poder Judiciário brasileiro, portanto consiste no único tribunal superior que não necessita apresentar informações e dados ao CNJ.

Porém, demonstra que está aberto para a realização de estudos ao fornecer dados para as publicações destes relatórios. O primeiro relatório demonstra um STF de atuação múltipla, destacando as atuações ordinárias, revisoras e constitucionais do órgão. Demonstra o enfoque recursal deste tribunal superior ao apontar quase 92% dos casos em atividade. Além disso, combina o fato de que apenas 10 litigantes (sendo nove diretamente ligados ao Executivo) respondem por quase 65% desses processos (FALCÃO; CERDEIRA; ARGUELHES, 2011), enquanto o segundo relatório já retrata a relação do STF com a federação. Faz uma análise detalhada dos tipos de processos originados em cada um dos estados brasileiros, ressaltando as diferenças de perfis das demandas (FALCÃO ET AL., 2013).

Os relatórios apresentados anteriormente reforçam a ideia de promoção de uma maior transparência por parte da atuação do Poder Judiciário brasileiro. Além disso, os dados provenientes de documentos e banco de dados públicos permitem a geração de diferentes análises para uma melhor compreensão da realidade e formulação de políticas públicas. Em geral, os dados destes relatórios vêm sendo utilizados para tratar da medição e avaliação do desempenho obtido pelo Poder Judiciário no Brasil. Deste modo, acredita-se que a publicação destes relatórios e a disponibilização destes dados nos últimos tenham sido aproveitadas pelos pesquisadores para a publicação de estudos que abordem a gestão do Poder Judiciário. Portanto, trata-se do ponto de partida para ver como o Poder Judiciário continua sendo visto como objeto de estudos na área de Administração Pública no Brasil.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Primeiramente, reforço que os procedimentos metodológicos adotados neste estudo seguiram os mesmos parâmetros adotados por Nogueira (2011). Portanto, pode ser entendido como uma continuidade do processo



de recenseamento dos estudos sobre o Poder Judiciário, dando uma ideia de complementação. Além disso, ao seguir os mesmos procedimentos, os resultados permitem uma comparação que sirva para verificar se a maior disponibilidade de dados e informações sobre o Poder Judiciário foi utilizada pelos pesquisadores para a realização de novos estudos.

Assim como o trabalho de Nogueira (2011), o levantamento de artigos teve por objetivo quantificar os estudos que enfocam o Poder Judiciário no âmbito da Administração Pública brasileira. Portanto, a atenção do levantamento recaiu sobre os dois seguimentos de produções representativas desta área: periódicos científicos e os anais de encontros acadêmicos. Foram escolhidos os dois principais periódicos da área: *Revista de Administração Pública* (RAP) e *Revista do Serviço Público* (RSP)<sup>4</sup>. No que se refere aos encontros acadêmicos, foram tomados dois eventos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD): o Encontro da ANPAD (EnANPAD) e o Encontro de Administração Pública e Governança (EnAPG)<sup>5</sup>.

Este conjunto de veículos (periódicos e congressos) foi considerado como representativo da área de Administração Pública para fins da presente análise. Vale ressaltar que assim como estudo de Nogueira (2011), o intuito não é generalizar as conclusões. Pelo contrário, busca-se dialogar com a produção recente da área, evidenciando a continuidade da (quase) ausência de foco sobre o Poder Judiciário.

Para a localização e identificação dos artigos focados no Poder Judiciário, foram utilizados os seguintes critérios relativos aos artigos publicados nas revistas e encontros citados:

- Títulos que são claramente referentes ao Poder Judiciário;

4 Considerando a Administração Pública um campo multidisciplinar, sua produção acadêmica é também veiculada por meio de periódicos e congressos de outros campos científicos. No entanto, no Brasil, a RAP e RSP são os únicos periódicos onde os temas relativos à gestão pública encontram-se no eixo de suas linhas editoriais. Para fins do presente trabalho, a pesquisa empírica foi limitada a estes dois periódicos, tanto por razões pragmáticas quanto pelo ângulo de análise pretendida (os aspectos da gestão do Poder Judiciário inserido na área de estudo da Administração Pública).

5 Seguem as mesmas razões explicitadas na nota anterior.

- Publicados entre os anos de 2009 e 2017 na RAP, na RSP ou em qualquer das seções relativas à Administração Pública das edições anuais dos EnANPAD; ou em qualquer das quatro edições dos EnAPG ocorridas até o momento, ou seja: 2010, 2012, 2014 e 2016<sup>6</sup>

Inicialmente, o primeiro critério visava identificar trabalhos focados mais especificamente na Gestão do Poder Judiciário. No entanto, o critério foi ampliado para incluir todo trabalho que fizesse menção, em seu título, ao Poder Judiciário, pois no início do levantamento foi constatado que alguns artigos desenvolviam temáticas de estreita relação com temas de Gestão do Poder Judiciário, mas não explicitavam termos relativos à “gestão” em seus títulos.

Procurou-se olhar atentamente como o CNJ serviu de inspiração ou referência para a realização destes estudos. Verifica-se, por exemplo, se as informações de algum dos relatórios ou banco de dados foram utilizadas para efeito de análises nos artigos. Desta forma, poderia verificar se a maior exposição de informações foi devidamente aproveitada pelos acadêmicos da área da Administração Pública.

#### **4 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Os critérios delimitados na seção anterior foram utilizados para a apresentação da pesquisa censitária feita sobre a população de trabalhos publicados. As análises realizadas e os resultados serão discutidos nesta seção seguindo os procedimentos de segmentação de cada um dos eventos e periódicos analisados.

---

<sup>6</sup> O levantamento restringe-se aos trabalhos aceitos em cada caso – periódicos e congressos; as informações acerca do conjunto dos trabalhos submetidos em cada caso não são tornadas públicas, impossibilitando uma análise exaustiva da produção.

#### 4.1. Encontro da ANPAD (EnANPAD)

Os Encontros da ANPAD (EnANPAD) consistem no mais importante congresso científico na área de pós-graduação em Administração do país. Ele é realizado anualmente e contém uma divisão acadêmica que trata especificamente de Administração Pública. A Tabela 1 apresenta os artigos publicados sobre o Poder Judiciário nas edições dos EnANPAD:

Tabela 1: Incidência de artigos sobre o Poder Judiciário nos EnANPAD

Ano	Trabalhos Judiciário	Total	%Trab. Judiciário
2009	1	113	0,9%
2010	2	103	1,9%
2011	4	134	3,0%
2012	2	117	1,7%
2013	8	137	5,8%
2014	6	132	4,5%
2015	2	156	1,3%
2016	2	171	1,2%
2017	1	185	0,5%
TOTAL	28	1248	2,2 %

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos artigos publicados nos EnANPAD.

O resultado apresentado pela Tabela 1 demonstra um incremento de estudos voltados para a Gestão do Poder Judiciário no EnANPAD. Comparando com o trabalho de Nogueira (2011), verifica-se um aumento de quatro vezes (de 0,7% para 2,8%) o percentual de artigos sobre o Judiciário em relação ao total de artigos publicados. Destaca-se o ano de 2013

com um percentual elevado de 5,8% do total de artigos. Além disso, verifica-se que no ano de 2011, a gestão do Poder Judiciário ganhou destaque com um dos trabalhos que foi indicado para o prêmio de melhor artigo da divisão acadêmica de Administração Pública. Visualizam-se os títulos dos artigos publicados em cada uma das edições do evento:

Em 2009:

1. *Management Innovation in the Judiciary System: the case of the Brazilian Superior Tribunal of Justice*

Em 2010:

1. Modelo de Processo de Depreciação de Bens Móveis no Setor Público: um estudo de caso no Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região
2. Modernização e Desempenho na Prestação de Serviços Judiciais no Brasil: o caso do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

Em 2011:

1. Estudo exploratório da eficiência dos Tribunais de Justiça estaduais brasileiros usando Análise Envoltória de Dados (DEA) – *Artigo indicado para a premiação.*
2. Dimensões da Governança Judicial e sua aplicação ao Sistema Judicial Brasileiro
3. O Conselho Nacional de Justiça e as Reformas do Poder Judiciário: aspectos da Tecnologia da Informação
4. Construção da Imagem Institucional do Poder Judiciário: uma análise baseada nas campanhas publicitárias do Conselho Nacional de Justiça

Em 2012:

1. Desempenho no Judiciário: conceituação, estado da arte e agenda de pesquisa
2. A Reforma do Poder Judiciário no Brasil: uma análise a partir das metas do Conselho Nacional de Justiça

Em 2013:

1. Governança Judicial: proposta de modelo teórico-metodológico
2. Políticas Públicas de Saúde e a Atuação do Poder Judiciário Federal: análise das demandas de Saúde na Seção Judiciária de Minas Gerais
3. A Reforma do Poder Judiciário no Brasil: uma análise a partir das metas do Conselho Nacional de Justiça para os anos de 2012 e 2013
4. A Reforma do Poder Judiciário Segundo os Servidores de um Tribunal de Justiça: um estudo baseado na perspectiva das representações sociais
5. Gestão de Compras em Órgãos Públicos: o uso do pregão eletrônico no Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe

Em 2014:

1. Governança Judicial de Tribunais Brasileiros: evidências empíricas de relações entre construtos e variáveis
2. Paradoxo da Reforma do Judiciário: embates entre o gerencialismo e a cultura organizacional do jeitinho
3. Burocracia ou Gerencialismo: um estudo de caso sobre a administração do Poder Judiciário Federal
4. Gestão Estratégia e Reforma do Poder Judiciário: o caso do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia
5. Variáveis Predictoras do Desempenho de Juizes da Primeira Instância da Justiça Estadual do Brasil
6. Ministério Público Resolutivo? Uma análise da eficiência em ações extrajudiciais dos Ministérios Públicos Estaduais do Brasil

Em 2015:

1. Administração Carreira e Desempenho Judiciais. O ponto de vista de juizes de Portugal
2. Valores do Trabalho e Satisfação no Serviço Público Brasileiro: estudo em uma seccional da Justiça Federal

Em 2016:

1. Evolução recente na Reforma do Judiciário e Representações Sociais nas Perspectivas de Magistrados do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

Em 2017:

1. Evidências de Validade de Construtos de Governança Judicial em Tribunais Brasileiros e Portugueses

Os títulos e os resumos dos artigos encontrados foram analisados com relação a influência do CNJ para a realização do estudo. Observa-se que a Reforma do Judiciário e os dados provenientes do SIESPJ representam 10 dos 28 trabalhos encontrados. Inclusive, um deles (de 2011) fez um levantamento das campanhas publicitárias promovidas pelo CNJ e, portanto, praticamente trabalhou na formação de um novo banco de dados voltado para área de marketing e publicidade. Destaca-se, também, o artigo que apresentou relação inversamente proporcional entre os níveis de eficiências dos órgãos do Ministério Público estaduais em comparação com a eficiência dos Tribunais de Justiça estaduais. No caso, foram utilizados, também, dos dados provenientes do levantamento do Conselho Nacional do Ministério Público (CNJ), intitulado de “Ministério Público – um retrato” (CNMP, 2013), além do “Justiça em Números” do CNJ.

#### 4.2 Encontro de Administração Pública e Governança da ANPAD

Os Encontros de Administração Pública e Governança da ANPAD (EnAPG) são realizados a cada dois anos. Trata-se do encontro específico da divisão de Administração Pública da ANPAD. A Tabela 2 apresenta os artigos publicados sobre o Poder Judiciário nas edições dos EnAPG, a seguir:

Tabela 2: Incidência de artigos sobre o Poder Judiciário nos EnAPG

Ano	Trabalhos Judiciário	Total	%Trab. Judiciário
2010	4	148	2,7%
2012	5	156	3,2%
2014	5	121	4,1%
2016	2	182	1,1%
TOTAL	16	607	2,6 %

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos artigos publicados nos EnAPG.

O resultado da Tabela 2 também apresenta um incremento percentual da quantidade de trabalhos comparado ao estudo de Nogueira (2011), indo de 1,2% para 2,6%. Mais um demonstrativo do aumento de espaço dos artigos na área de Administração Pública. Visualizam-se os títulos dos artigos publicados em cada uma das edições do evento:

Em 2010:

1. A Gestão do Poder Judiciário nos Estudos de Administração Pública no Brasil: um levantamento da literatura especializada
2. *Accountability*: uma análise comparativa entre o Poder Executivo e Judiciário sobre a divulgação de dados e informações, em seus sítios eletrônicos
3. *Benchmarking*, isomorfismo mimético e boas práticas de gestão: oportunidades para o Poder Judiciário brasileiro
4. Eficiência e Efetividade no Poder Judiciário: o estado da Arte e proposições de pesquisas

Em 2012:

1. A Gestão de Carreira no Serviço Público: aporte jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal
2. Identificação e Imagem do Servidor Público: um estudo com

os usuários do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

3. A Implantação do Modelo Gerencial na Administração Pública Brasileira e a Resistência à Mudança: a análise da implantação do Processo Judicial Eletrônico no Tribunal Regional do Trabalho na cidade de São Paulo
4. Gespública e Mudança Organizacional: um estudo no Poder Judiciário de Santa Catarina (PJSC)
5. Judicialização da Saúde e Mudanças Organizacionais: o impacto das decisões judiciais na estrutura da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais SES-MG

Em 2014:

1. Administração Judiciária e a Trajetória da Estruturação do Sistema Judiciário Federal brasileiro
2. Dez anos de CNJ: reflexões do envolvimento com a melhoria da eficiência do Judiciário brasileiro
3. *Performance of Brazilian State Courts: the influence of pending cases, workforce and investment in technology*
4. Escala de Governança Judicial: desenvolvimento e validação e Tribunais de Justiça Brasileiros
5. Influência do Comprometimento Organizacional na Satisfação do Usuário com Sistemas de Informação no Judiciário Trabalhista

Em 2016:

1. A Moralidade e a Eficiência administrativa na Gestão e Estrutura da Perícia Judicial: um estudo na Justiça do Trabalho de Minas Gerais
2. Condicionantes contextuais para a implementação da Gestão de Pessoas por Competências no Poder Judiciário

Diferentemente do ocorrido nos artigos publicados no EnANPAD, os títulos e resumos dos artigos não refletem diretamente a influência do



CNJ na sua elaboração. Portanto, verifica-se uma maior abertura de espaço no cenário acadêmico da Administração Pública para a publicação de distintos enfoques e direcionamentos de pesquisas.

#### 4.3 *Revista de Administração Pública (RAP)*

A RAP consiste em um periódico científico bimestral publicado pela Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (Ebape-FGV). É avaliado pelo sistema Qualis da CAPES como A2 na área de avaliação de Administração, Ciências Contábeis e Turismo no quadriênio 2013-2016. Portanto, apresenta-se como o periódico nacional de Administração Pública com a maior pontuação na escala. Trata-se de um dos mais importantes e influentes periódicos da área.

Na Tabela 3 apresenta as informações sobre os artigos focados no Poder Judiciário que foram publicados na RAP:

Tabela 3: Incidência de artigos sobre o Poder Judiciário na RAP

Ano	Trabalhos Judiciário	Total	%Trab. Judiciário
2009	0	49	0,0%
2010	0	48	0,0%
2011	2	66	3,0%
2012	1	70	1,4%
2013	2	66	3,0%
2014	1	67	1,5%
2015	2	66	3,0%
2016	1	43	2,3%
2017	1	57	1,8%
TOTAL	10	532	1,9 %

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos artigos publicados na RAP

O aumento do percentual também foi visto na RAP quando se comparam os resultados apresentado por Nogueira (2011). Praticamente, houve uma duplicação do percentual obtido (de 0,8% para 1,9%). Verifica-se uma descontinuidade de artigos publicados sobre o Poder Judiciário nos anos de 2009 e 2010, mas que foi compensada com a publicação de mais artigos nos anos posteriores. Nos anos de 1995 a 2008 foram publicados apenas cinco artigos sobre Gestão do Poder Judiciário (NOGUEIRA, 2011), dobrando a quantidade absoluta obtida nos últimos anos (2009 a 2017). Visualizam-se os títulos dos artigos publicados em cada um dos anos do periódico:

Em 2011:

1. Uma metodologia para diagnóstico de clima organizacional: integrando motivos sociais e cultura brasileira com fatores do ambiente de trabalho do Poder Judiciário
2. Comprometimento organizacional: um estudo do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Em 2012:

1. Estudo exploratório da eficiência dos Tribunais de Justiça estaduais brasileiros usando Análise Envoltória de Dados (DEA)

Em 2013:

1. Desempenho no Judiciário: conceituação, estado da arte e agenda de pesquisa
2. Liderança no Judiciário: o reconhecimento de magistrados como líderes

Em 2014:

1. A percepção dos gestores operacionais sobre os impactos gerados nos processos de trabalho após a implementação das melhores práticas de governança de TI no TRE/SC

Em 2015:

1. Representações sociais da reforma do Judiciário: um estudo baseado nas perspectivas dos servidores do Tribunal de Justiça do

Estado da Bahia

2. Governança judicial: proposta de modelo teórico-metodológico

Em 2016:

1. O paradoxo da reforma do Judiciário: embates entre a nova gestão pública e a cultura organizacional do jeitinho

Em 2017:

1. Conflitos e ambiguidades de papéis no trabalho: as percepções de juízes portugueses

Verifica-se que dois artigos publicados anteriormente no EnANPAD obtiveram a aprovação no ano seguinte para a publicação na RAP. Os outros artigos não se relacionam diretamente com os dados disponibilizados pelo CNJ, demonstrando mais uma vez o surgimento de outros enfoques sobre a gestão do Poder Judiciário.

4.4 *Revista do Serviço Público (RSP)*

A RSP consiste em um periódico quadrimestral publicado pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). É voltado a temas sobre Administração Pública e Gestão de Políticas Públicas e avaliado pelo sistema Qualis da CAPES como B2 na área de avaliação de Administração, Ciências Contábeis e Turismo no quadriênio 2013-2016.

A Tabela 4 apresenta as informações sobre os artigos focados no Poder Judiciário que foram publicados na RSP:

Tabela 4: Incidência de artigos sobre o Poder Judiciário na RSP

Ano	Trabalhos Judiciário	Total	%Trab. Judiciário
2009	0	19	0,0%
2010	0	16	0,0 %

Tabela 4 (continuação): Incidência de artigos sobre o Poder Judiciário na RSP

Ano	Trabalhos Judiciário	Total	%Trab. Judiciário
2011	1	18	5,6 %
2012	0	20	0,0 %
2013	0	20	0,0 %
2014	2	24	8,3 %
2015	1	30	3,3%
2016	1	31	3,2%
2017	1	34	2,9 %
TOTAL	5	212	2,4 %

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos artigos publicados na RSP.

A RSP novamente apresenta o menor percentual de artigos publicados sobre a gestão do Poder Judiciário quando comparado ao estudo de Nogueira (2011). Verifica-se que aumento percentual expressivo (de 0,8% para 2,4%), corresponde ao triplo do que observado anteriormente. Percebe-se uma consistência de pelo menos um artigo publicado anualmente sobre o tema desde o ano de 2014. Visualizam-se os títulos dos artigos publicados em cada um dos anos do periódico:

Em 2011:

1. Políticas Judiciárias no Brasil: o Judiciário como autor de políticas públicas

Em 2014:

1. Metas do Conselho Nacional de Justiça 2012/2013: uma análise dos contornos gerenciais assumidos pela reforma do Poder Judiciário do Brasil
2. O papel das ouvidorias na comunicação pública do Poder Judiciário

Em 2015:

1. Imagem do servidor público: um estudo com os usuários do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Em 2016:

1. 1. Estratégia e gestão do Poder Judiciário: uma proposta de estudo das práticas sociais relacionadas ao BSC

Em 2017:

1. 1. Dez anos de CNJ: reflexões do envolvimento com a melhoria da eficiência do Judiciário brasileiro

O título e resumo abordam sobre um dos papéis do CNJ. Portanto, embora não tenha havido outras publicações neste periódico, o artigo está diretamente relacionado com o órgão criado após a Reforma do Judiciário.

#### 4.5 Consolidação e comparação

Esta subseção apresenta uma consolidação e comparação dos resultados obtidos nesta pesquisa com os do estudo de Nogueira (2011). A Tabela 5 apresenta os resultados consolidados e comparados:

Tabela 5: Incidência de trabalhos sobre o Judiciário consolidado e comparado

	A: Dados de Nogueira (2011)			B: Pesquisa atual			C = A + B (1995 – 2017)		
	Trabalhos Judiciário	Totais	%	Trabalhos Judiciário	Totais	%	Trabalhos Judiciário	Totais	%
EnANPAD	8	1.156	0,7%	28	1.248	2,8%	36	2.404	1,5%
EnAPG	5	429	0,7%	16	607	3,0%	21	1.036	2,0%
RAP	5	650	0,7%	10	532	1,7%	15	1.182	1,3%
RSP	2	250	0,7%	5	212	1,1%	7	462	1,5%
Total	20	2.485	0,7%	59	2.599	2,3%	79	5.084	1,6%

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Nogueira (2011) e dos dados da pesquisa.

É possível visualizar na Tabela 5 o aumento comparado em cada um dos eventos ou periódicos analisados. Portanto, trata-se de um importante indicativo para demonstrar a realização de mais estudos sobre a Gestão do Poder Judiciário, bem como refletir uma maior abertura de espaço para estes estudos na Administração Pública brasileira (de 0,8% para 2,27%). Ao realizar uma complementação dos dados e olhando no horizonte temporal de 1995 a 2017, verifica-se apenas o percentual de 1,6% dos trabalhos publicados. O percentual ainda pode ser pequeno, mas já demonstra avanços em um curto período.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente artigo teve por objetivo complementar o estudo realizado por Nogueira (2011). Desta forma procurou-se fazer um recenseamento complementar de estudos voltados para a gestão do Poder Judiciário publicado nos principais periódicos e eventos de Administração Pública entre os anos de 2009 e 2017. Ao seguir os mesmos procedimentos metodológicos adotados por Nogueira (2011), o resultado obtido com esta investigação também serviu para a concretização de uma comparação entre os dois intervalos de tempos dos levantamentos realizados.

Outro enfoque consistiu na atuação do CNJ como um órgão que consolidou informações e dados sobre o Judiciário brasileiro a partir da metade da década de 2000. Portanto, procurou investigar se alguns dos trabalhos publicados no período de 2009 a 2017 foram gerados a partir do contexto de existência do CNJ ou se utilizou de informações provenientes dos relatórios e banco de dados disponibilizados pelo Conselho.

O objetivo deste trabalho foi alcançado, pois forneceu uma complementação do levantamento de dados do estudo de Nogueira (2011). Portanto, os resultados apresentados e discutidos anteriormente servem

como uma atualização das informações quando se busca olhar um maior horizonte temporal (1995 a 2017). Os resultados obtidos com o levantamento de 2009 a 2017 apontaram que um percentual de 2,27% dos artigos publicados na área de Administração Pública aborda questões relacionadas à Gestão do Poder Judiciário. De forma complementar aos dados de Nogueira (2011), verifica-se que o percentual final ficou em 1,6% dos estudos publicados. Portanto, pode-se concluir da realização de um significativo aumento de espaço na produção acadêmica brasileira, embora ainda com um baixo percentual.

Em relação à influência do CNJ para a realização destes estudos, pode-se perceber uma maior inserção nos trabalhos publicados no EnANPAD. A RAP também obteve publicações a partir da abordagem do CNJ, mas os dois trabalhos publicados durante o período analisado consistem em publicações apresentadas anteriormente em edições do EnANPAD. Na RSP, a única publicação do período abordava diretamente do CNJ, retratando o seu papel de formador de políticas públicas para o Judiciário brasileiro. Por outro lado, os artigos publicados nos EnANPGs, bem como os outros três artigos da RAP, serviram para demonstrar a heterogeneidade de estudos que podem ser realizados sobre o Poder Judiciário e que não estão diretamente influenciados pelo CNJ. Portanto, pode ser apontado como um importante aspecto para a realização de mais estudos e de adoção de novas abordagens no contexto do Poder Judiciário brasileiro.

O presente estudo comprova que, de forma mais ampla, o Poder Judiciário continua apresentando-se como um objeto de poucos estudos na área de Administração Pública quando comparado com os outros Poderes Constitucionais (Executivo e Legislativo). A aparente limitação pode sugerir a existência de políticas voltadas para o fomento de novas pesquisas. Os dados apresentados neste estudo também podem servir como uma orientação para que os membros da ANPAD ou editores de periódicos realizem chamadas especiais ou disponibilizem mais espaços para a reali-

zação de estudos relacionados ao Poder Judiciário. Destaca-se a possibilidade de realizar estudos com órgãos que estão mais próximos do Poder Judiciário e integram o Sistema de Justiça brasileiro como o Ministério Público, a Defensoria Pública, as Procuradorias ou Advocacia-Geral da União, além da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Os resultados apresentados nestes últimos anos (2009 a 2017) podem servir, também, como um indicador para a existência de uma edição especial sobre o tema na RAP ou RSP, bem como possibilitar a abertura de mais periódicos sobre a temática de Administração Pública no Brasil. Afinal, há uma quantidade representativa de artigos publicados nos EnANPAD e EnAPG que não foram publicados nos dois periódicos objetos de investigação desta pesquisa. Portanto, acredita-se que estes artigos possam ter sido objetivos de submissão ou publicação em outros periódicos. Ou que, infelizmente, pela falta de espaço, estes estudos não tenham obtido uma publicação nos periódicos que mais se destacam na área de Administração Pública no Brasil.

## REFERÊNCIAS

CASTRO, A. S. **Indicadores básicos de desempenho da justiça estadual de primeiro grau no Brasil**. Brasília: IPEA, 2011. (Texto para discussão, n. 1609).

CNJ – CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Resolução nº 15, de 20 de abril de 2006. Dispõe sobre a regulamentação do Sistema de Estatística do Poder Judiciário, fixa prazos e dá outras providências. **Diário da Justiça**, Brasília, n. 114, p. 83-84, 16 jun. 2006.

\_\_\_\_\_. Resolução n. 76, de 12 de maio de 2009. Dispõe sobre os prin-



cípios do Sistema de Estatística do Poder Judiciário, estabelece seus indicadores, fixa prazos, determina penalidades e dá outras providências. **Diário da Justiça Eletrônico**, Brasília, n. 94, 10 jun. 2009.

CNMP – CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Ministério Público: um retrato**. Brasília: CNMP, 2013.

DPJ – DEPARTAMENTO DE PESQUISAS JUDICIÁRIAS. **100 maiores litigantes**. Brasília: CNJ, 2011.

\_\_\_\_\_. **100 maiores litigantes – 2012**. Brasília: CNJ, 2012.

\_\_\_\_\_. **Justiça em Números 2017**. Brasília: CNJ, 2017.

\_\_\_\_\_. **Justiça em Números 2018**. Brasília: CNJ, 2018

FALCÃO, J. O Judiciário segundo os brasileiros. In: GUERRA, S. (Org.). **Transformações do Estado e do direito: novos rumos para o Poder Judiciário**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 13-30. v. 1.

FALCÃO, J.; CERDEIRA, P. C.; ARGUELHES, D. W. **I relatório Supremo em Números: o múltiplo Supremo**. Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2011.

FALCÃO, J.; ABRAMOVAY, P; LEAL, F. HARTMANN, I. A. **II relatório Supremo em Números: o Supremo e a Federação**. Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2013.

NOGUEIRA, J. M. M. A ausência do Poder Judiciário enquanto objeto de estudo da Administração Pública brasileira. **Díke – Revista eletrônica da ESMEC**, Fortaleza, v. 1, n. 1, 2011, p. 1-17.

NOGUEIRA, J. M. M.; OLIVEIRA, K. M. M.; VASCONCELOS, A. P.; OLIVEIRA, L. G. L. Estudo exploratório da eficiência dos tribunais de Justiça estaduais brasileiros usando a Análise Envoltória de Dados (DEA). **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 5, 2012, p. 1317-1340.

SADEK, M. T. Judiciário: mudanças e reformas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 51, 2004, p. 19-101.

SADEK, M. T.; OLIVEIRA, F. L. Estudos, pesquisas e dados em Justiça. In: OLIVEIRA, F. L. (Org.) **Justiça em Foco**: estudos empíricos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 15-61.